



Desafios da Abrasca

Prioridades da agenda de trabalho para o 6º bimestre de 2017

**A Abrasca é a soma de ações
no interesse estratégico financeiro
das companhias abertas**

**ÚNICA ENTIDADE QUE REÚNE AS MAIS IMPORTANTES
COMPANHIAS DE TODOS OS SETORES E DE TODO O PAÍS**

www.abrasca.org.br

Novembro - Dezembro/2017

MIFID Brasil Day

No seminário realizado pela Abrasca sobre a **nova diretriz Europeia Mifid II**, cuja principal implicação para as companhias brasileiras será a redução da cobertura do *sell-side*, ficou implícito que será necessária contribuição da Abrasca para facilitar o *corporate access*. Está sendo estudada a retomada do *Brazil For Investors*, eventos internacionais organizados pela entidade nos principais mercados investidores em ações de companhias brasileiras.

Simplificação de procedimentos e redução do custo de conformidade do mercado de capitais

Em colaboração com a CVM, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e a B3, a Abrasca está trabalhando para aprimorar a prestação de informações obrigatórias pelas companhias. **O objetivo é melhorar a eficácia do processo de *disclosure*: redução do seu custo e aumento da eficiência**, o que representa um diferencial competitivo da jurisdição brasileira na atração de recursos. Cerca de 120 companhias serão entrevistadas para coleta de contribuições. Em adição, será feita pesquisa sobre a experiência internacional em metodologias para avaliação de custo regulatório bem como do cálculo de ROI (*Return on Investment*) em práticas de governança e sustentabilidade com a finalidade de criar uma referência objetiva para rever os procedimentos hoje adotados.

Pesquisa de opinião com investidores globais

Está sendo realizada pesquisa junto a investidores globais sobre suas prioridades, necessidades e exigências com relação a informações sobre as companhias abertas brasileiras. **O objetivo é subsidiar o marketing corporativo das companhias associadas e contribuir para o debate sobre o *disclosure* obrigatório.**

Workshop os Desafios da ICVM 586 - Código Brasileiro de Governança - e a segurança da informação

A proposta é **debater os novos desafios regulatórios** (Informe de Governança e Regulamento do Novo Mercado) ligados à segurança da informação e gestão do fluxo de dados intra companhia/grupo e entre parceiros de negócios e a dinâmica colaborativa de trabalho em companhias com grande atuação global e o necessário controle pelos *stakeholders*.

Consulta internacional do IFRIC: reconhecimento de receitas do setor de incorporação imobiliária

Até 20 de novembro, a Abrasca deverá manifestar-se com relação à consulta internacional aberta pelo IFRIC. **A aplicação do IFRS 15 no Brasil é objeto de polêmica entre os auditores externos e as companhias associadas.** A consulta internacional é resultado de questionamento do CPC levado ao IFRIC.

Proteção às companhias vis a vis a importação de *class actions*

Tem havido a instauração de procedimentos arbitrais com vistas a buscar no Brasil indenização para acionistas nos moldes das *class actions* nos EUA. A importação deste ambiente de litigiosidade é uma matéria extremamente sensível com potencial de afetar negativamente o ambiente corporativo brasileiro. **A Abrasca está avaliando sua participação como *amicus curiae* nesses procedimentos arbitrais.**

Oposição à inclusão na Constituição da responsabilidade dos administradores

A **PEC 287/16** (Reforma da Previdência) traz para a Constituição a responsabilidade de administradores das empresas quanto aos recolhimentos previdenciários. Além de faltar status de matéria Constitucional, o tema já é regulado pelo CTN e outros normativos. A alteração pode gerar um **alto grau de insegurança jurídica** influenciando, inclusive, os julgados do CARF. A Abrasca participará do esforço de eliminação da alteração através de uma manifestação técnica aos membros da Comissão Especial.

Oposição à concessão de bônus por autuações fiscais

A Abrasca requereu e foi aceita pelo Ministro Ricardo Lewandowski sua admissão como ***amicus curiae*** na ação movida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia que, em razão do reconhecimento de sua repercussão geral, atingirá diretamente todos os contribuintes brasileiros. O recurso questiona a constitucionalidade da vinculação de receita arrecadada com multas tributárias para o pagamento de adicional de produtividade fiscal, como ocorreu na edição da MP 765 pelo Governo, instituindo um **bônus para os auditores da RFB atrelado ao montante das autuações fiscais**. O Plenário do Senado Federal aprovou, no dia 01/06, a MP 765/16, no formato do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/17 com emenda que excluiu do texto o §4º do artigo 6º, que instituiu o valor das multas tributárias como base de cálculo do valor global do Bônus de Eficiência.

Redução dos custos de publicações legais

Está sendo desenvolvido o Projeto da **Central de Balanços**, que representará uma alternativa exclusivamente digital com **validade jurídica**, para divulgação das informações obrigatórias em **substituição aos Diários Oficiais**.

Combate à elevação da carga tributária

A necessidade de promover o equilíbrio fiscal torna maior o risco de iniciativas para aumentar a tributação, em prejuízo do caixa das empresas; nos últimos anos, a Abrasca teve que combater mais de 5 projetos de lei propondo a criação de **tributos sobre dividendos e o fim da dedutibilidade do JCP**. Continuam tramitando vários projetos a respeito desse tema.

SPED - Simplificação e redução das obrigações estaduais

O Ministério da Fazenda comprometeu-se formalmente a atender, ao longo de 2017, pleitos da Abrasca para unificar e simplificar a prestação de informações contábeis e tributárias, incluir os formulários de **declaração do ICMS no SPED** e discutir as próximas etapas do **Bloco K**. A Abrasca está participando da homologação do **EFD-Reinf**. Será realizado, em novembro, Workshop para esclarecimento de dúvidas sobre implementação do E-Social e da EFD-Reinf.

Oposição à aprovação do Código Comercial

A Abrasca tomou várias iniciativas para mostrar aos parlamentares da Comissão Especial da Câmara que o novo Código criará riscos para o ambiente de negócios, promoverá insegurança jurídica e representará aumentos consideráveis de custos para as companhias abertas e o setor privado como um todo. A ausência de parlamentares nas reuniões convocadas pela Comissão Especial para votar a aprovação em 06 de dezembro de 2016 e 03 de outubro de 2017 foi emblemática da eficiência da atuação da Abrasca na articulação de apoio parlamentar contra a votação do Código. Declarações do **presidente da Abrasca** no **Jornal Nacional** da Rede Globo e no **Jornal das 10** da GloboNews, em dezembro do ano passado, tiveram importante papel para mostrar a oposição empresarial ao projeto, da mesma forma que matéria publicada no Jornal O Globo e artigo no Jornal DCI em outubro de 2017.

Redução do custo de treinamento obrigatório com o Programa de EPC Abrasca

O programa de Educação Profissional Continuada da Abrasca oferece cursos, seminários e congressos de contabilidade e tributação que atendem a **pontuação exigida pelo CFC** - Conselho Federal de Contabilidade a custos competitivos e com docentes de mais alta qualidade. Foram realizados 7 cursos, com a participação de cerca de 200 profissionais em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Combate ao rodízio obrigatório de firmas de auditoria

A Abrasca vem atuando para que o rodízio obrigatório de firmas de auditoria seja revisto. Foi realizada pesquisa, pela FGV, cujos resultados foram entregues para a CVM, evidenciando a ausência de correlação do rodízio com a melhoria da qualidade das informações contábeis. A Abrasca mantém diálogo permanente com a CVM para **demonstrar a onerosidade do rodízio**.

Simplificação do documento fiscal de serviços eletrônicos: implementação nacional da NFS-e

Participação ativa nos debates técnicos necessários para garantir que sejam alcançados os resultados esperados pelas companhias de simplificação do documento fiscal de serviços eletrônicos, além do aumento da segurança da gestão tributária e da melhoria da análise de restituição de créditos tributários. Atendendo a pleito da Abrasca, o Ministério da Fazenda anunciou até o fim de 2017 um **projeto piloto que instituirá a NFS-e** nacionalmente em todos os municípios, inspirado no sucesso da nota fiscal eletrônica para mercadorias.

Eliminação da obrigatoriedade de divulgação de ITR

Em conformidade com o padrão internacional de divulgação das informações financeiras das companhias abertas e também com vistas a reduzir a ênfase nos resultados de curto prazo, a Abrasca propõe a **eliminação da obrigatoriedade de apresentação das informações trimestrais (ITR)**.

Voto à distância

A Lei 12.431/11, regulamentada pela ICVM 561, obriga as companhias abertas a possibilitar a participação à distância de seus acionistas em assembleias. A Abrasca está realizando **7 atividades gratuitas** de treinamento sobre a utilização dos sistemas de voto à distância para suas associadas.

Complemento via contratos de indenidade às coberturas das apólices de seguro "D&O"

Atuação junto ao regulador para suprir, através de **contratos de indenidade** firmados entre a companhia e seus executivos, as lacunas na cobertura das apólices de seguro D&O (*Directors and Officers*) precarizadas pelo andamento das investigações de atos de corrupção envolvendo companhias abertas.

IN RFB 1700 - verificação de impactos tributários para as companhias

Foi criado um **Grupo de Trabalho da CANC** (Comissão de Auditoria e Normas Contábeis) **em conjunto com a COJUR** (Comissão Jurídica) **para analisar com profundidade a IN 1700**, emitida pela RFB em 14/03/17. A Instrução veio para disciplinar a tributação sobre o lucro (IRPJ/CSLL) e receita (PIS/COFINS), especialmente considerando a Lei 12.973 e possui mais de 300 artigos. Diante da complexidade do tema, é fundamental a análise de impactos tributários negativos para as companhias abertas e garantir a preservação do entendimento legal vigente. No 7º Encontro de Contabilidade da Abrasca Gilson Koga, auditor fiscal da RFB, fala sobre a IN 1700.

Nossas atividades permanentes

Representatividade	A associação integra mais de 20 importantes colegiados do mercado de capitais , onde defende os interesses de sua companhia, entre os quais: o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (Conselhinho), o Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA, o Conselho de Supervisão de Analistas e a Comissão Consultiva de Listagem da B3.
Participação no CPC para defender os interesses das companhias	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis é o órgão responsável pela edição das normas contábeis no Brasil e tem a ABRASCA como um de seus membros. A Abrasca participa do CPC para defender o ponto de vista das companhias no processo de promoção da integral convergência das normas contábeis com os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>).
Funções institucionais	A Abrasca representa os interesses de sua companhia junto às autoridades, evitando exposição particular quando indesejada; confere sentido coletivo às propostas de seu interesse; soma e coordena esforços em prol da qualidade das manifestações e da multiplicação de impactos em sua defesa; difunde conhecimento em alto nível sobre temas de finanças, mercado de capitais, tributário, contábil, societário e de relações com investidores.
Acompanhamento legislativo	Acompanhamento dos trabalhos da Câmara e do Senado que podem afetar as companhias abertas. São mapeadas ameaças e oportunidades que surgem a todo momento. A Abrasca elabora robustos documentos técnicos para subsidiar a defesa da posição das nossas associadas junto às bases parlamentares. Atualmente, cerca de 25 projetos de lei são monitorados . O boletim Sia & Cia publica a agenda semanal do Congresso de interesse das companhias abertas , elaborada pelo associado Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados.
Publicações	Editamos o boletim semanal Sia & Cia , que traz as atividades da associação, os trabalhos das 3 Comissões Técnicas (Jurídica, Contábil e de Mercados de Capitais) e informações úteis, geralmente não veiculadas na grande imprensa. Publica também o seu Anuário Estatístico , que divulga o desempenho conjunto das companhias abertas e suas contribuições para o desenvolvimento do país: por exemplo, participam com 16,5% na formação do PIB, com 19,4% na geração de empregos e 13,9% na arrecadação de impostos.
Eventos	Realizamos anualmente cerca de 25 reuniões de Comissões Técnicas e Conselho Diretor, além dos seguintes eventos , entre outros: Prêmio Abrasca de Relatório Anual, Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, Encontro de Contabilidade e Auditoria para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte, Encontro Abrasca de Direito das Companhias Abertas, Cursos do Programa de Educação Continuada Abrasca e Conferência Abrasca e CDP - construindo conexões para um futuro sustentável.

ÚNICA ENTIDADE ESPECIALIZADA EM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS COM FOCO EM

Direito Societário / Tributário / Empresarial
Regulação e autorregulação no mercado de capitais
Normas contábeis / Contabilidade / Auditoria
Instrumentos de captação e financiamento
Fomento de negociação de valores mobiliários
Relações com Investidores
